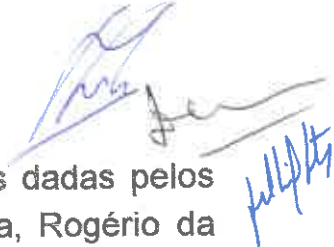


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 38

Aos doze dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, em substituição do titular do cargo, Secretariado pelos Vogais João Gabriel Ferreira Santos e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, Artur da Rosa Pires, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.



Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Tavares Duarte, Vitor Manuel da Silva Martins, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomou-se a agenda de trabalhos da reunião anterior:

**PONTO Nº 2 - DERRAMA - LANÇAMENTO DA PERCENTAGEM PARA O ANO DE 1996.**

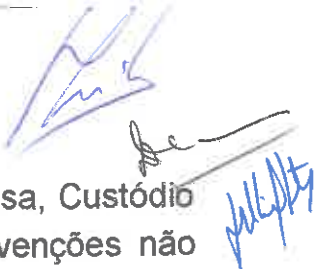
**Deliberação da Reunião ordinária da Câmara Municipal de 17.08.95: - "DERRAMA : -** De acordo com o que dispõe o artº 5º da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 37/93, de 13 de Fevereiro, foi deliberado, por unanimidade, e por proposta do Sr. Presidente, propôr o lançamento da derrama na percentagem de 10%, a incidir sobre a colecta do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), relativa ao rendimento gerado na área do Município.

Considerando que, no ano que decorre, a Câmara Municipal de Aveiro tem vindo a apostar a nível de saneamento, dadas as carências ainda existentes em todo o concelho, e considerando a necessidade de esta acção ter continuidade no próximo ano, foi deliberado, por unanimidade, que o produto obtido seja aplicado em obras de saneamento na cidade, nas freguesias de Santa Joana, Eixo, S. Bernardo/Oliveirinha, e Cacia e nas Zonas Industriais.

A presente deliberação vai ser submetida à consideração da Assembleia Municipal, nos termos do que estabelece a alínea p) do nº 2 do Artº 39º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

Feita a apresentação desta proposta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos da deliberação supra, usaram da palavra os



Vogais Raul Martins, Cruz Tavares, José Dias da Silva, Salavessa, Custódio Ramos, Diogo Machado e Virgínia da Silva Veiga, cujas intervenções não puderam aqui ser reproduzidas por se verificar uma anomalia no sistema de gravação, constatada na hora pelo Sr. Vereador, Engº Belmiro Couto, que de imediato procedeu à sua reparação, retomando-se assim a gravação com normalidade a partir deste momento, tendo de seguida usado da palavra:

Vogal Armando Vieira:

"Queria dizer que concordo com a derrama, pese embora ser penalizante para as empresas, mas as empresas se pagam "derrama" é porque têm lucros e o Município bem precisa desse dinheiro para o desenvolvimento, sabendo nós as limitações de ordem financeira com que vive. Gostava de referir também que a "Derrama" e o "IRS", produz-se normamente e massivamente na periferia e depois é investido também massivamente na cidade; isso é uma profunda injustiça cometida para com as freguesias fora da cidade, uma vez que todos os problemas de poluição sonora do ambiente, os caudais das nascentes etc, acontecem na periferia e não acontecem na cidade. A Câmara deve providenciar para que esse dinheiro seja também investido fora da cidade. Espero que deixemos de ser considerados cidadãos de segunda, com o actual Executivo, estou convicto que isso vai deixar de ser assim."

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Joaquim Abreu, Nuno Tavares e Vitor Mangerão.

Vogal Dias da Silva:

"Sinceramente não me posso calar porque não ficaria bem com a minha própria consciência. Concorde realmente com o Sr. Presidente da Câmara que justificasse a derrama para aplicação real destes fundos em termos de saneamento em termos de infraestruturas para apoio quer na cidade, quer inclusivamente nas freguesias rurais. Quanto à intervenção do Sr. Vereador Vitor Silva, peço muita desculpa sinceramente, posso ter andado distraído nestes últimos tempos, acredito que eventualmente o investimento "per capita" em termos de saneamento em Cacia tenha sido dos maiores aplicados em todas as freguesias do concelho, mas não posso deixar de frisar que, provavelmente esse investimento está a ser contabilizado em termos da Estação de Tratamento que não está a funcionar, numa Estação Elevatória na Quintã do Loureiro que não está a funcionar e, gostaria de dizer também que provavelmente os Srs. podem vir com esses

números todos, podem vir com essas indicações todas, mas a população de Cacia, somos nós Junta que a aturamos, somos nós que a ouvimos no dia a dia queixarem-se pela poluição que é feita, pelos esgotos a céu aberto, não é só em Vilarinho, é Quintã, Sarrazola, em todos os lugares da freguesia isso se verifica. Cacia não tem saneamento neste momento e, endereço aqui um convite muito especial à Mesa da Assembleia, ao Executivo da Câmara Municipal de Aveiro, a todos os Vogais da Assembleia Municipal, se quiserem fazer uma visita guiada em termos de saneamento à freguesia de Cacia, fica aqui o convite para vermos a realidade da freguesia de Cacia."

Vogal Raul Martins:

"Gostaria de fazer algumas reflexões sobre aquilo que me foi dito; tenho para mim que o actual sistema fiscal é um sistema incorrecto do ponto de vista fiscal, isto porque o actual sistema fiscal e nomeadamente o IRC é calculado com base nos lucros reais, ou seja, em empresas do grupo "A", é calculado com base nos elementos contabilísticos, isto é, no lucro apresentado pelas empresas; e porque é que há aqui um factor de injustiça? é porque, se são duas empresas do grupo "A", se são duas empresas que estão no mesmo sector, uma é bem gerida e dá lucros, paga impostos, outra é mal gerida, dá prejuízos e não paga impostos; isto é, incentiva-se a baixa performance empresarial. Sendo a "derrama" calculada com base no IRC, se o sistema que lhe dá origem é um sistema injusto, é uma injustiça cumulativa, e é isso que eu gostaria que as pessoas pensassem bem nisso - é um pouco como aquela injustiça que se pratica no pagamento das propinas, a base do pagamento das propinas é como toda a gente sabe o IRS apresentado pelos pais e, todos nós sabemos as injustiças que se notam, favorecendo agregados familiares cujos elementos ou são industriais ou profissionais liberais. Esta injustiça existe também no IRC de alguma forma e, apenas como paralelo gostaria que as pessoas pensassem na injustiça das propinas quando tem como base um outro imposto; esta derrama também tem como base um outro imposto que é o IRC, se um na origem se pode considerar injusto e desincentivador de uma performance elevada, também a derrama o será.

Mas, o que mais me preocupa nisto é que mais uma vez a Câmara traz aqui números vagos, não entendeu mais uma vez a essência deste imposto, estas receitas estão consignadas a determinadas despesas, isto é, se elas estão consignadas ao saneamento na cidade, nas freguesias



de Stª Joana, Eixo, S. Bernardo, Oliveirinha e Cacia e nas Zonas Industriais, não podem por exemplo ser aplicadas no saneamento de Aradas, porque não estão consignadas ao saneamento de Aradas, e quando o Vereador Vitor Silva diz, mas nós fizemos isto, aquilo ou aqueloutro, mas estava previsto? e aquilo que eu tinha perguntado à Câmara e que gostava que a Câmara tivesse respondido, era o seguinte: dos duzentos e oitenta e três mil contos, colhidos em 93, foram gastos de acordo com aquilo que estava previsto, quinze mil contos no saneamento na freguesia tal, doze mil quatrocentos e vinte e sete na freguesia Y e por aí fora, era óbvio que nada disso nos é dito, são sempre coisas vagas, foram feitas muitas ETAR's, Estações Elevatórias, umas funcionam outras não. Só queria aqui focar mais uma vez, a forma displicente como a Câmara prepara estas reuniões e, não basta dizer que isto foi aprovado por unanimidade na Vereação, é preciso que se preparem estas reuniões, é preciso que esta Assembleia seja respeitada e, para que seja respeitada, é preciso que quem vem aqui, venha capacitado para responder e para defender as propostas que quer ver aprovadas."

Vogal Rosa Pires:

"Não creio que seja uma forma displicente para as reuniões, creio que é infelizmente o resultado de práticas adquiridas de fundamentação de propostas e que têm que ser abandonadas, a proposta vem obviamente mal fundamentada pela forma como ela habitualmente costumava ser. Julgo que preocupações aqui levantadas quanto aos eventuais efeitos nos empresários são válidas, embora esteja para provar os efeitos que possa ter; mas, o que é importante é que se transmita aos empresários que esta taxa não vai ser aplicada todos os anos no máximo, isso significa que as propostas para os próximos anos não podem ser indiferentes, designadamente àquilo que acontece em conselhos vizinhos, isto é, os empresários têm que ter a expectativa de que esta Câmara quando fixa esta taxa tem em conta aquilo que se passa à volta e, tem obviamente em conta as necessidades do município. Parece-me que não é estabelecer desta vez 0% ou 5% que se resolve o problema, o que tem é que ficar claro que, da próxima vez, a fundamentação da proposta tem que entrar em linha de conta, designadamente com o que se passa nos outros municípios - tem que ser esta a expectativa dos empresários.

A segunda questão que me parece que também tem criado aqui um desconforto legítimo nesta Assembleia, tem a ver com a visibilidade do

que se faz com as receitas e, o mínimo que esta Câmara vai ter que garantir, é que no próximo ano vai trazer com grande clareza os montantes gastos no saneamento das diversas freguesias da cidade, Stª Joana, Eixo, S. Bernardo e Oliveirinha e, temos que saber e poder comparar os valores que foram investidos e os valores da receita, a visibilidade do que é feito com estas receitas tem que se tornar claro.

Finalmente, e uma vez que se está a associar um pouco de uma forma ligeira o que será uma política económica local, com, meramente criar condições de lucro máximo, é pouco dar terrenos e permitir que tenham o máximo de lucro, há empresas que se ligam bem com o tecido empresarial e que são estratégicas para refortalecer o tecido empresarial que precisam de ser apoiadas e, há outras que não interessam tanto ou porque são mais poluentes ou por outras razões. Se calhar não há em Aveiro uma política económica local, designadamente uma política industrial municipal e é bom que se caminhe para isso, e temos que entrar com outros parâmetros que não seja conceder o máximo lucro; julgo que também aqui e aguardamos com grande expectativa o próximo Plano de Actividades que vai concertar vir muito bem fundamentado e de uma forma diferente e que há-de contemplar esta área de uma forma bastante mais aprofundada do que aquela que não estava a ser tratada aqui."

Entretanto saiu da sala o Vogal João Barbosa.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu o assunto à votação da Assembleia, tendo o mesmo merecido aprovação por dezoito votos a favor, sendo doze do PP, três do PSD e três do PS ; dois votos contra do PSD e sete abstenções, sendo três do PSD, três do PS e uma da CDU.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Joaquim Silveira, nos seguintes termos: - "Votei a favor, por entender que a receita é necessária. Não posso contudo deixar de manifestar o meu desacordo com o Executivo de não ter o mínimo cuidado em esclarecer concretamente quais as obras que pretende financiar com as receitas da derrama. Deixou ficar tudo no vago, tratando o assunto com uma ligeireza que não se justifica de modo algum."

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "Votei a favor, na expectativa de que desta vez o resultado desta derrama, resulte num

benefício concreto e na prática para as freguesias do concelho rural que tão abandonadas têm sido."

**PONTO Nº 3 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA - DEFINIÇÃO DA TAXA A APLICAR NO ANO DE 1996.**

**Deliberação da Reunião ordinária da Câmara Municipal de 17.08.95: CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA:** - Analisado o correspondente processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do que dispõem os artºs 16º e 17º do Código da Contribuição Autárquica, na nova redacção introduzida pelo artº 54º da Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro - Orçamento de Estado para 1995 - , fixar em 1% a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos, a cobrar no próximo ano de 1996, carecendo a presente deliberação da aprovação da Assembleia Municipal."

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Presidente da Câmara, nos termos da deliberação supra, usou da palavra o Vogal Raul Martins para referir que nesta matéria há manifestamente uma injustiça social grave, na medida em que sendo a taxa igual, não são as matérias colectáveis, o que constitui desta forma uma injustiça profundamente desproporcionada da realidade. Disse pensar ainda que, se calhar a taxa poderia ser de um décimo, se todos pagassem com base na mesma matéria colectável. Perguntou como é que está esta situação, como é que a mesma se vai desenvolver no futuro e porque é que também aqui se pretende aplicar a taxa máxima.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que a primeira questão que o Vogal Raul Martins levantou é real a Câmara conhece-a, tem exercido alguma intervenção junto da Comissão que funciona na dependência das Finanças e, a informação que a Câmara vai colhendo por parte dos elementos que compõem essa Comissão, é a de que não têm meios para fazer um trabalho de actualização e de correcção para que haja de facto um pagamento de forma igual.

Relativamente à aplicação da taxa máxima, explicou que a mesma resulta da necessidade de receitas para se poder gerir o Município.



Salientou também que o valor em causa já baixou, por força de legislação recentemente publicada pelo Governo.

Novamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, perguntou porque é que o Sr. Presidente da Câmara mantém esta situação, uma vez que acha que estas receitas são manifestamente injustas.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que não podia tomar à sua conta a questão da injustiça referida pelo Vogal Raul Martins. Acrescentou que essa injustiça poderá existir, mas a verdade é que este imposto é criado por lei e, não se trata de discutir aqui nesta Assembleia a conveniência ou não da sua existência, nem está nas mãos da Câmara Municipal a extinção deste imposto.

Entretanto saíram da sala os Vogais Virgínia Veiga e Rosa Pires.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu o assunto à votação da Assembleia tendo o mesmo merecido aprovação por vinte votos a favor, um voto contra do PSD e quatro abstenções, sendo duas do PS, uma do PSD e uma da CDU.

#### **PONTO Nº 4 - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL DAS BEIRAS (ORQUESTRA DAS BEIRAS)**

##### **Deliberação da Reunião ordinária de 17.08.95: -**

**"ORQUESTRA DAS BEIRAS: -** O Vereador Sr. Engº Belmiro Couto fez uma referência à assinatura da escritura de constituição da Associação Musical das Beiras, que teve lugar no passado dia 10 do corrente, no Palácio da Ajuda em Lisboa.

Seguidamente, o Sr. Vereador aludiu ao facto de a adesão à referida Associação carecer da autorização da Assembleia Municipal, o que ainda não aconteceu em virtude de o processo se ter arrastado por longo tempo e a data da escritura ter sido marcada por várias vezes e seguidamente alterada, só agora se definindo a data exacta em combinação com todas as Entidades interessadas e a Secretaria de Estado da Cultura e que, dado o interesse já por diversas vezes manifestado por esta Autarquia em dar vida a uma Associação que se considera altamente meritória para o Município e até para a região, não podia a concretização deste objectivo



aguardar a convocação do Órgão Deliberativo, motivo pelo qual o Sr. Presidente resolveu assinar a escritura de constituição.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade ratificar a resolução tomada pelo Sr. Presidente.

Nos termos do que estabelece a alínea h) do artº 39º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, vai ser submetido à ratificação da Assembleia Municipal, a adesão da Câmara à Associação Musical das Beiras."

Usou da palavra o Sr. Vereador Belmiro Couto, para apresentar a proposta nos termos da deliberação supra e ao mesmo tempo prestar alguns esclarecimentos relacionados com a matéria em causa, salientando a importância cultural deste projecto.

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Rosa Pires.

Vogal Custódio Ramos:

"Penso que a proposta que a Câmara de Aveiro formula a esta Assembleia é bastante pacífica, diria mais, que a Câmara de Aveiro trabalhou bem nesta área, nomeadamente através da pessoa do Sr. Vereador Belmiro Couto. Sou das pessoas que desde o início acompanharam a génese deste processo, a proposta por escrito está bem fundamentada nomeadamente nas ideias tendentes ao desenvolvimento do projecto, mas o mesmo não diria no que toca a matéria de natureza formal. Começava por perguntar se efectivamente a Câmara já outorgou os estatutos desta Associação e, na hipótese afirmativa, saber em que notário e se estava autorizada para o efeito. Penso que um Presidente de uma Câmara quando outorga matéria em que não tem competência própria, tem que ter autorização do órgão colegial Câmara e, há muitas outras matérias em que tem que ter autorização da própria Assembleia Municipal. Já não é a primeira vez que a Câmara vai ao notário, através de um Vereador ou do seu Presidente e outorga em nome do Município de Aveiro sem estar habilitada para tal. Recordo o caso da Associação dos Amigos do Vouga, em que a Câmara através do Presidente da época outorgou, não estando autorizada, ainda hoje não foi cumprida a deliberação desta Assembleia no sentido de que a Câmara justificasse aqui como é que as coisas se processaram e, a Assembleia não autorizou que a Câmara pertencesse àquela Associação, ou pelo menos, se autorizou foi sob reserva. É costume a Câmara avançar e depois vem com as pressas perante

esta Assembleia, pedir as autorizações respectivas. Parece-me que já foram aprovados protocolos com outros Municípios, assumidos compromissos tendentes a definir a base que irá sustentar financeiramente compromissos em número de actuações etc, pelos anos que se seguirão e, esta Assembleia nunca foi formalmente consultada sobre esse tema; mais, do ponto de vista estatutário também não o foi. Daí que, gostava que a Câmara esclarecesse em que ponto está esta questão de natureza jurídica e formal, que é importante perante esta Assembleia, que como aqui já foi dito, tem que ser respeitada e sobretudo consultada atempadamente."

Vogal Cruz Tavares:

"Pedi a palavra para intervir mais sobre o conteúdo da proposta feita do que realmente sobre esta questão que o Vogal Custódio Ramos levantou que é importantíssima e eu até gostava de estar em posse de informação da Câmara sobre este gravíssimo incidente antes de dizer aquilo que me propunha dizer, mas, sem prejuízo da posição que venha a tomar relativamente a este procedimento da Câmara que não é inédito infelizmente, queria aproveitar-me do meu estatuto de independente para passar uma vista de olhos de esquerda popular, dos soldados, marinheiros, operários e camponeses, ao ler este estatuto.

Chamo atenção que nos estatutos da Associação há uma preocupação quase obsessiva no cultural, no pedagógico, no clássico e nas orquestras clássicas; não aparece uma única vez uma palavra relativa ao gosto, ao prazer, ao aspecto recreativo e, quando o Sr. Vereador da Cultura nos dá uma lista de orquestras falidas, eu quase que associo rapidamente a ideia, esta também vai falir, porque se esquece que realmente por trás de coisas como estas que são no fundo formas culturais, mas formas de prazer de ocupação de tempos livres, para as pessoas serem mais felizes, se põe o acento tónico na cultura erudita, porque a cultura erudita é que é, não há outro tipo de cultura, nós queremos aqui perseguir a cultura erudita... e, até lamentamos que haja populações rurais, que nunca viram nem ouviram um concerto clássico, felizmente para elas, em relação a alguns concertos clássicos e, é por isso que há tanta felicidade nas nossas populações rurais em algumas delas. Porquê esta obsessão em relação a fazerem-se aqui ninhos de músicos eruditos? ainda há dias assistimos a uma coisa extraordinária, um homem da dimensão do Pavaroti a cantar com um rapaz que faz música popular, o Brian Adams, encantaram perante cinco mil

Handwritten signature and initials in blue ink at the top right of the page.

peçoas e as peçoas gostaram. Sr. Vereador, ninguém vai bater palmas a uma orquestra organizada com este espírito, erudita? cultura erudita?"

Vogal António Salavessa:

"Estive a folhear de facto e a ler este documento, penso que é um documento fundamental para se perceber a proposta que nós temos à nossa frente e, só o estive a folhear aqui porque ele não me foi fornecido antecipadamente; apesar do documento que foi distribuído a todos os membros da Assembleia referir que havia um dossier de trezentas páginas com o conjunto dos documentos, eu dirigi-me aos Serviços da Assembleia e o documento não estava cá para eu o poder consultar. Portanto há aqui uma disponibilidade que só aconteceu em cima da Assembleia, razão pela qual só aqui o pude folhear.

Sobre as questões formais, partilho da opinião expressa pelo Vogal Custódio Ramos, entendo que a própria realização da Assembleia Geral que elegeu os Corpos Gerentes desta Associação a 27 de Setembro, acho que foi em minha opinião uma maior desconsideração ainda por esta Assembleia. Quer dizer, hoje temos a Câmara Municipal de Aveiro como Vice-Presidente de uma Associação que fez já a sua Assembleia Geral e, a Assembleia ainda não autorizou que o Município aderisse a esta Associação. Penso que é um conjunto de irregularidades que não tem qualquer tipo de justificação a não ser o eleitoralismo do Sr. Secretário de Estado, Manuel Frexes e o eleitoralismo da Câmara que também quis antes das eleições fazer mais um acto público que projectasse a imagem da Câmara em favor de um partido concorrente às eleições. Penso que devia haver mais respeito pela Assembleia, isto acontece pela enésima vez, e de uma vez por todas, pela minha parte, não posso pactuar com este tipo de comportamento.

Quanto ao projecto em si, é evidente que nos pedem como acto desta Assembleia, pura e simplesmente a adesão à Associação; no entanto não posso decidir bem com a minha consciência sobre a adesão à Associação, sem ter conhecimento dos objectivos, da essência daquilo que a Associação pretende realizar, que é o plano da Orquestra das Beiras. Estive a ver com alguma atenção no pouco espaço de tempo que tive para estudar esta questão e verifico que há um conjunto de situações que me parece que são pelo menos de manifestar a minha preocupação e que peço em consequência os esclarecimentos possíveis, por forma a poder informar o sentido de voto em relação à proposta.



Primeiro, não vejo na lista dos promotores qualquer Conservatório existente na nossa região. Sendo um projecto que engloba vários distritos, nomeadamente o distrito de Coimbra, causa-me alguma estranheza não ver entre os promotores, nem a Câmara Municipal de Coimbra, nem a Universidade de Coimbra, nem agora voltando a Aveiro, o Conservatório Regional de Aveiro não está na lista dos promotores desta iniciativa.

Uma questão que também me preocupa é a viabilidade financeira deste tipo de instituições. Tanto quanto sei a Orquestra Regional do Norte, foi a primeira que foi para o terreno, vive actualmente grandes dificuldades financeiras, a participação da SEC foi garantida em determinado nível para os primeiros anos da Orquestra, actualmente é muito reduzida, pelo que os músicos não recebem os salários, estão no regime de recibo verde, trabalham praticamente à peça, quer dizer, é depois da realização de cada concerto que distribuem entre si o resultado financeiro desse concerto, é portanto uma situação extremamente periclitante que em nada abona à vontade de qualidade que se pretende para este tipo de instituições. Nos documentos que eu tive a possibilidade de há pouco consultar, verifico que o financiamento da SEC, apenas é garantido para os próximos quatro anos e não há qualquer garantia em relação ao futuro, e que se trata de um investimento de cem mil contos no primeiro ano, cem mil no segundo, cinquenta mil nos anos seguintes, e que todo o estudo de viabilidade desta Orquestra das Beiras se baseia na base da realização de cerca de cinquenta recitais por ano e, é nessa base que de acordo com o plano de despesas que me parece também sub-avaliado. Por outro lado também se sobre-avalia as possibilidades da Orquestra na produção de espetáculos. Assim, o quadro das receitas parece-me perfeitamente desajustado e o quadro das despesas subavaliado, sendo previsível que venha a acontecer aqui o mesmo que acontece noutras Orquestras que já estão em funcionamento.

Outro quadro que me parece complicado é este dos maestros, já temos neste momento quatro maestros e ainda não temos músicos; temos três maestros com os quais há a obrigação de se manterem os compromissos, porque eram maestros dos projectos anteriores e, além destes a Secretaria de Estado ainda diz que vai nomear um quarto maestro.



Parece-me muito maestro para uma Orquestra que está ainda em formação e por isso era bom haver esclarecimentos a este plano.


Quanto às questões pedagógicas, está tudo muito confuso, há a ideia no despacho normativo da SEC de que estas Orquestras têm que fazer formação, têm que se ligar aos estabelecimentos de ensino de música que há na região, contudo não há nada no presente projecto que diga como é que essa ligação vai ser feita, se é no estilo da Régie Sinfónica, que tem ela própria Escolas de Música e que ministra aulas aos alunos de música, com resultados que parece que não são nada bons, ou se é uma ligação efectiva às estruturas de ensino que já existem na região e quais? o que me parece uma questão difícil tendo em conta o tal carácter itinerante da Orquestra.

O receio que tenho é que perante o papel que o Município de Aveiro teve na criação deste projecto, a que adere agora muita gente, embora do ponto de vista formal só vinte e uma instituições é que assinaram a escritura, muito embora haja uma lista de dezenas e dezenas, mas a escritura foi só para vinte e uma, é quem é que assume os encargos se isto der buraco? quer dizer, o passivo previsível da instalação e da exploração de uma Orquestra deste tipo, quem é que vai suportá-lo? além dos encargos reais que o Município já está a ter, ao disponibilizar estruturas; pergunto-me se não está o município a dar um passo maior que a perna ao avançar com este projecto e se não está a criar compromissos que depois se venham a reflectir negativamente quer nas contas do município, quer na atenção que o município tem que dar a toda uma actividade cultural e que não se limita apenas à existência de uma Orquestra?"

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Carlos Santos.

Vogal Manuel António:

"Este projecto é um projecto que eu penso que é exemplar numa série de pontos e que eu gostaria de explicar, para já é um projecto que começa por uma série de cidadãos de Aveiro, e isso é um ponto que temos que realçar, porque é a sociedade civil, um grupo de cidadãos que decide avançar para uma coisa que vai valorizar toda uma região e que depois vão conseguir agregar o apoio de muitas instituições públicas, entre elas a Câmara Municipal de Aveiro e, aqui também é de louvar o interesse da Câmara Municipal de Aveiro de apoiar esse grupo de cidadãos quando vê que o projecto poderá eventualmente ter viabilidade. Outra coisa que eu queria realçar é que, para este projecto ser o que é hoje teve que se avançar

  
muito, teve que se lutar muito contra bloqueios quer a nível de Aveiro, quer mesmo a nível depois mais tarde de Coimbra, da própria SEC; e foi um projecto que não caiu por causa disso, e estas pessoas que estiveram por trás disto, não esmoreceram pelo facto de o nosso projecto que era melhor que o do Norte, ter sido preterido em função do Norte que, como o Sr. Salavessa diz, neste momento já está com problemas financeiros; é que este projecto é um projecto que tem uma viabilidade financeira que eu não duvido; o número de pessoas, o número de Câmaras, o número de outras instituições, o número de Institutos Politécnicos, de Universidades, Governo Civil, de toda uma sociedade da Região Centro, faz com que este projecto seja um projecto que eu não tenho dúvidas nenhuma da sua viabilidade, assim as pessoas se entendam e o problema poderá estar ao nível da pessoas e ao nível de interesse que as pessoas representam, e penso que Aveiro deu aqui um grande passo para poder mostrar quer na Região Centro, quer a todo o país, que temos pessoas de valor que conseguem fazer propostas de valor, propostas muito bem fundamentadas e que essas propostas podem avançar e que é assim que nós podemos mostrar que Aveiro pode ser o centro aglutinador de muitas outras coisas para além de uma Orquestra Regional; há outros valores que nós podemos alcançar, há outras reivindicações justas a que Aveiro tem direito e que talvez se seguirmos um processo como o que foi seguido com a Orquestra de Câmara talvez nós consigamos, assim estejamos unidos.

Quanto à questão formal, penso que a Câmara de Aveiro não podia ficar de fora de um projecto destes mesmo não tendo sido aprovado na Assembleia Municipal, penso que só o valor simbólico que terá a Câmara Municipal de Aveiro estar presente num projecto destes é muito importante e eu penso que nós teremos que desculpar a Câmara de ter assinado porque foram tantas as controvérsias que foram geradas para que este projecto tivesse ido para avante, Coimbra pôs-nos tantos impasses, Coimbra criou um lobby tão grande junto da SEC, junto de outras agremiações que penso que foi uma conquista que temos que aqui realçar e, esta conquista foi de cidadãos de Aveiro e, saliento o Sr. Engº Belmiro Couto, ainda na qualidade de cidadão de Aveiro e não de Vereador e, lembro que o Engº Belmiro Couto não é o Vereador da Cultura, liderou este projecto porque fazia parte do Círculo de Arte e Música de Aveiro, onde também foi um grande impulsor e a Orquestra de Câmara de Aveiro tem subsistido muito por

culpa dele, porque a tem mantido e que agora evolui para um projecto destes, por isso eu penso que nós temos todos que estar contentes e apoiar este projecto e servirmo-nos dele para que outros projectos semelhantes nas diferentes áreas possam também ter o sucesso que este vai ter."

Novamente no uso da palavra o Sr. Vereador Belmiro Couto, começou por dizer que relativamente à questão formal ela foi bastante discutida no seio da própria Câmara, tendo havido até alguma preocupação com a questão de a levar ou não levar à Assembleia; acrescentou que o facto da Câmara ter que levar esta matéria para aprovação da Assembleia Municipal era de todo impeditivo que a escritura da referida Orquestra tivesse sido participada pela Câmara de Aveiro. Informou que a iniciativa da escritura foi da SEC, a qual, foi lavrada pelo Notário do Segundo Cartório Notarial de Lisboa, que se deslocou ao Palácio da Ajuda, onde a mesma foi outorgada. Disse também que esta iniciativa foi tomada em dez de Agosto e portanto era de todo impeditivo que a Câmara pudesse trazer essa decisão já com os estatutos formulados a uma Assembleia anterior. Salientou que há uma ressalva na própria escritura, que refere que seria possível a participação da Câmara, com o Sr. Presidente e com uma delegação da Câmara, desde que ela fosse posteriormente ratificada na Assembleia; acrescentou que isto não aconteceu só com a Câmara de Aveiro, mas com todas as Câmaras que estavam presentes, dentro dos vinte e um outorgantes da escritura; disse ainda que na página dezasseis a trinta e quatro do dossier que trata esta matéria, refere na página vinte e dois o seguinte: "adverti os outorgantes de que este acto tem que ser ratificado pelas entidades gestidas nos termos legais", referindo que é portanto isto que a Câmara pretende que esta Assembleia faça, ou seja, que ratifique o acto do Sr. Presidente, para que seja comunicado oficiosamente ao Segundo Cartório Notarial, pensando que com isto, resultará a publicação de novo documento logo que todos os outorgantes actuais gestidos façam essa rectificação.

Quanto à referência ao clássico, ao cultural, ao erudito ao pedagógico, feita numa das intervenções, disse que a elaboração dos estatutos, do regulamento interno e de algumas partes deste projecto foram feitos e elaborados com a participação do grupo promotor, mas também e essencialmente por consultores da própria SEC; esse cuidado na redacção do documento final que deu origem aos estatutos e ao regulamento da Orquestra, poderão ter carecido dessa sensibilidade; de facto são pessoas



que estão muito ligadas aos Teatros de S. Carlos, às Sinfónicas Nacionais e que poderão ter carecido de alguma sensibilidade no discurso utilizado. Porém, salientou que da parte das pessoas que trabalharam na Comissão instaladora, quer da parte daquelas que acompanharam o desenvolvimento do processo, existiu de facto uma preocupação muito grande com esta questão, pois entenderam que ninguém quer uma Orquestra que trabalhe para salas vazias, por outro lado o próprio plano de promoção em marketing que está neste dossier demonstra muito essa preocupação.

Quanto à falência da Orquestra, fez a seguinte observação: o desenvolvimento deste tipo de projecto de Orquestras Nacionais, parte de um pressuposto completamente diferente daquele que sempre existiu até aqui, já que estas Orquestras nascem das bases para cima, nascem por candidatura, ou seja, a Administração Central aconselhou aos Municípios que estivessem interessados relativamente a esta matéria, que se organizassem para o efeito e que apresentassem cada um as suas candidaturas, referindo ao mesmo tempo que se as mesmas fossem viáveis seriam comparticipadas, parecendo-lhe por isso que esta foi uma metodologia correcta, pensando mesmo que tal nunca foi seguido antes, já que o que houve sempre foi uma decisão de cima para baixo, ou seja o Estado decidia criar, provavelmente não colocava gestores à altura e os projectos faliam, acrescentando que faliram por vezes por questões técnicas, por vezes por questões artísticas, por vezes por questões financeiras. Salientou que no caso em apreço, esta Orquestra nasce de baixo para cima e que a viabilidade económica deste projecto depende de facto de duas partes: da SEC e dos promotores locais. Disse também pensar que essa descentralidade económica é essencialmente o resultado da vontade que a região vai ter em querer ter a Orquestra, e portanto se ela servir os interesses das populações e não fizer apenas música erudita e música que ninguém quer ouvir, mas se servir o interesse das populações, a região vai querê-la e se a vai querer vai ter que a financiar e o Estado comparticipará.

A finalizar prestou ainda alguns esclarecimentos relacionados com esta matéria e ao modo de financiamento que a Administração Central pretende fazer no apoio a este projecto.

Vogal António Salavessa:

"A questão formal quanto a mim não está suficientemente explicada, que o Secretário de Estado, Manuel Frexes ao ver terminado o seu



mandato e, na linha das inaugurações múltiplas e de assinaturas de contratos programa e de escrituras que foram feitas, tenha querido fazer a assinatura da escritura da Associação Musical das Beiras, é uma questão; até compreendo que a Câmara tenha ido à assinatura sob condição da adesão ser posterior, mas não é coerente ter-se feito a primeira Assembleia Geral no Município de Aveiro, no dia vinte e sete de Setembro, antes da Assembleia Municipal ter deliberado a adesão; portanto aqui não havia qualquer Secretário de Estado para convocar, não havia qualquer obrigatoriedade estatutária que obrigasse à realização, o que é um facto é que ela se verificou sem isto estar devidamente tratado.

Quanto ao projecto, é evidente que agora há mudança de poder político, e a pressa toda deu em que agora é preciso averiguar com o novo poder político se a bolsa ainda tem os cordões abertos, se ainda vai haver dinheiro ou não, e a pressa toda dá em nada. Portanto nada custava pelo menos em relação ao andamento ulterior do processo, dar tempo ao tempo, isto é, que os órgãos pudessem deliberar e a actuação fosse em conformidade.

Quanto ao projecto, à partida a questão da Orquestra Regional do Norte também tinha ideias de viabilidade - não tem. Não é por acaso que os Municípios não pagam! não me alegra nada a lista enorme de Municípios que deu a adesão à Orquestra Regional das Beiras, se depois esses Municípios não pagarem e, é neste plano que eu coloco a questão, até que ponto é que o Município de Aveiro, criando compromissos porventura maiores do que outros não está a ser o investidor solitário ou quase solitário deste projecto em detrimento de uma política cultural que se pretende mais ampla no concelho? é evidente que todos temos o direito de sonhar, é bom sermos sonhadores, mas quando se cria uma estrutura profissional que tem quarenta e cinco músicos, mais três maestros, mais administrativos etc, nós estamos também a pôr pessoas a sonhar, pessoas que sonham com a sua profissão com o seu trabalho e que portanto temos também a obrigação de, ao avançar com um projecto, de o fazermos de forma fundamentada por forma a não defraudar as perspectivas e as expectativas dessas pessoas. Por outro lado a questão da ligação dos elementos da Orquestra ao meio local não me parece ter sido suficientemente esclarecida. Pela minha parte queria dizer que admito o sonho, gosto do projecto, mas mantenho as dúvidas que expressei quanto à realidade.

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, isto está a demorar muito tempo e eu não estou interessado de facto em prolongar, todavia creio que o Engº Belmiro não esclareceu totalmente os encargos que isto vai dar ao Município, isto é... eu antecipo-me até um bocadinho para responder ao Salavessa, que é o seguinte: uma Associação que se constitui é para suporte jurídico e nada mais, e há regras sobre a dissolução das Associações, e portanto a Câmara é apenas um dos sócios dessa Associação, não é por aí que vai comprometer; simplesmente a questão é outra, é que nós sabemos particularmente, ou seja, extra estes estatutos, houve compromissos verbais em ordem a manter determinado número de concertos etc., que correspondem a um certo compromisso financeiro, mas isso não consta cá, ou seja, embora nos interesse saber quanto é que isto vai custar, a verdade é que isso não nos preocupa a tal ponto que receemos a extinção da Associação, que isso fique tudo debitado à Câmara de Aveiro, este tipo de receios são excessivos e isso sai um bocado fora da realidade."

Novamente no uso da palavra o Sr. Vereador Belmiro Couto, disse que de facto a Associação tem regras e que é uma entidade jurídica e, não se pode pensar que se acaso houvesse algum processo de derrapagem financeira deste projecto que a Câmara de Aveiro fosse mais responsável do que qualquer uma das entidades envolvidas neste projecto, ou que fosse responsável para além daquilo que são os seus próprios compromissos com a entidade. Referiu que a Câmara de Aveiro tem uma deliberação de princípio do primeiro projecto e portanto esta deliberação terá que ser novamente tomada pelo Executivo, sendo esse o seu entendimento, na altura o proposto pela Câmara de Aveiro em termos de responsabilidade financeira de comparticipação deste projecto, foi o de vir a adquirir um concerto por mês, ou seja a Câmara teria que disponibilizar setecentos e cinquenta contos, mensais, vezes doze meses, o que dá uma verba de cerca de oito mil contos, com que a Câmara de Aveiro comparticiparia para que a Orquestra realizasse doze concertos anuais.

Relativamente à questão da Assembleia Geral, disse que por uma questão de celeridade processual e pelo facto de se perspectivar uma mudança de governo, houve uma tentativa para que este contrato com o Fundo de Fomento Cultural, fosse assinado ainda com o actual Executivo. Acrescentou que para isso seria necessário que existisse uma Direcção e

que para haver uma Direcção era necessário que tivesse sido feita uma Assembleia Geral eleitoral, Direcção essa que foi eleita, tendo tomado posse. Disse também que posteriormete seria necessário uma outra Assembleia que aprovasse o Plano de Actividades e Orçamento, e particularmente que aprovasse um cronograma financeiro para que o mesmo servisse de base ao documento que é necessário assinar com a Secretaria de Estado da Cultura do tal contrato de apoio com o Fundo de Fomento Cultural, salientando que foi essa a percipitação, foi essa a necessidade de que a Assembleia fosse feita antes desta Assembleia Municipal. Prosseguindo, disse pensar que se formalmente a ratificação desta matéria não fôr feita por este órgão, obviamente a Câmara será imediatamente e formalmente demitida do cargo que ocupa e assim a Mesa da Assembleia Geral, irá convocar uma nova eleição e eleger um novo órgão social.

Continuando no uso da palavra, informou que existiam grandes pressões para que o projecto avançasse e que questões de compromissos financeiros, nas áreas de contratação de músicos e maestros fossem assumidas, tendo a Direcção actual por uma questão cautelar deliberado que esse tipo de compromissos não iam ser ainda assumidos enquanto o contrato com a Secretaria de Estado da Cultura não estiver elaborado, para que estejam garantidos os meios financeiros iniciais para o arranque da Orquestra. Informou ainda que a Direcção tem outras medidas cautelares que pretende tomar relativamente à contratação, no que se refere ao número de músicos, aos investimentos que estão previstos, em suma salientou que há uma série de cautelas que a Direcção pretende ter para que este não seja mais um projecto falido, mas sim um projecto vencedor, referindo que este é um desafio para o futuro, é um desafio que não está ganho e que importa que esta Direcção, toda a região, todas as Câmaras, todos os promotores e associados, venham de facto a colaborar para que este projecto aconteça.

Relativamente à ligação às Universidades, aos Conservatórios, às Escolas de Música, disse tratar-se de algo que tem que ser muito explorado essencialmente em duas vertentes, por um lado na oportunidade que se dá aos jovens músicos de participar na Orquestra, mesmo que ainda não estejam formados, bem como a estagiários. Pretende-se também que a Orquestra venha a ter alguns músicos profissionais de gabarito, que possam também lecionar nas Escolas e prestarem toda a colaboração necessária no âmbito desta matéria.



12

A finalizar referiu-se ainda à composição da referida Orquestra, bem como quanto à nacionalidade dos músicos que a vão integrar, esclarecendo que o próprio diploma da criação das Orquestras Regionais contempla esta matéria e que só apenas 15% dos músicos poderão ser de países terceiros à União Europeia.

Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu este assunto à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e seis votos a favor e uma abstenção do PP.


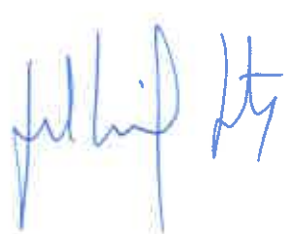
Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - " Voto a favor ressaltando neste voto alguma desconfiança quanto à viabilidade do projecto, quanto à garantia da qualidade artística e ainda quanto à garantia da preferência a dar a músicos nacionais, nomeadamente aos oriundos da região."

Fazem parte integrante da acta, os Estatutos da Associação Musical das Beiras, bem como uma nota introdutória sobre a matéria em apreço.

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24.Horas e 10 minutos do dia 13.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

  
António Salavessa  




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 38

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos doze dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária do mês de Setembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

2 - DERRAMA - LANÇAMENTO DA PERCENTAGEM PARA O ANO DE 1996;

APROVADO POR MAIORIA DE 18 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS CONTRA E 7 ABSTENÇÕES.

3 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA - DEFINIÇÃO DA TAXA A APLICAR NO ANO DE 1996;

APROVADO POR MAIORIA DE 20 VOTOS A FAVOR, 1 VOTOS CONTRA E 4 ABSTENÇÕES.

4 - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL DAS BEIRAS (ORQUESTRA DAS BEIRAS);

APROVADO POR MAIORIA DE 26 VOTOS A FAVOR, 0 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÕES.

5 - REGULAMENTO DE VENDEDORES AMBULANTES -  
APROVAÇÃO;

APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS A FAVOR, VOTOS  
CONTRA E ABSTENÇÕES.

António de Sousa Diniz Correia  
Philip H  
Paul Amato